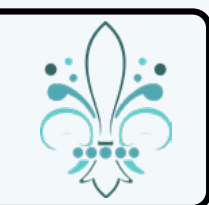


**PELAS TRILHAS DA LINGUÍSTICA:
DA LÍNGUA COMO SISTEMA ÀS
RELAÇÕES ENTRE
LINGUAGEM E SOCIEDADE**

Célia Bassuma Fernandes

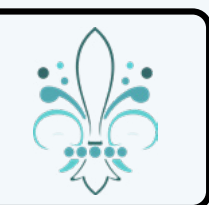


Sumário



- Apresentação
- 1. O corte epistemológico saussuriano e os desdobramentos nos estudos da linguagem
- 2. Estruturalismo do lado de cá do Atlântico
- 3. Funcionalismo: a linguagem como forma de interação verbal
- 4. A Teoria Gerativa: a Linguagem como componente da mente/cérebro
- 5. Sociolinguística: as relações entre Linguagem e Sociedade
- Considerações finais
- Referências:





Apresentação

Caro aluno!

Esse *e-book* foi elaborado com a finalidade de fornecer mais subsídios para que você possa compreender as diferentes correntes linguísticas que surgiram após a Linguística ter adquirido o *status* de ciência. Dentre essas diferentes linhas teóricas, estão os Formalismos, os Funcionalismos (no plural) e a Sociolinguística.

Para compreender como essas diferentes vertentes teóricas pensam a língua e a linguagem, (re-)fazemos, inicialmente, um pequeno (re-)percurso teórico pelo Estruturalismo, que como você sabe, teve origem com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, publicado a partir dos estudos de Ferdinand de Saussure e que constitui a base da linguística moderna. Trazemos à cena, algumas notas sobre os estudos de Mattoso Câmara, expoente do estruturalismo, no Brasil.

Após isso, abordamos uma das vertentes do Funcionalismo e recortamos uma corrente que teve início dentro do estruturalismo e, por isso, foi designada de *estruturalismo funcional*. O objetivo desse tipo de funcionalismo é estudar as funções desempenhadas pelos elementos linguísticos, sob quaisquer de seus aspectos: fônicos, gramaticais, semânticos. Abordamos, de maneira sucinta, os estudos promovidos por componentes do Círculo Linguístico de Praga e por Maria Helena de Moura Neves, no Brasil, que afirma, nas obras, que não é possível estudar a língua como um sistema homogêneo, apartado de uma consideração dinâmica da linguagem.





Na sequência, abordamos alguns aspectos da Teoria Gerativa, tal como desenvolvida por Noam Chomsky, que construiu um modelo teórico capaz de descrever e explicar a natureza e o funcionamento da faculdade da linguagem, uma vez que considera que a capacidade de produzir e estruturar frases é inata ao ser humano.

Por fim, chegamos aos estudos que têm por objetivo a coleta e descrição de dados linguísticos que revelam que as línguas variam, não apenas de acordo com fatores inerentes a elas, mas também conforme condicionantes externos, recorrendo os estudos de William Labov, que defende que a língua é um produto social e, portanto, passível de mudança.

Cumpramos lembrar que essas grandes correntes da linguística moderna se desenvolveram a partir do século XX, com a publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916) e cada uma delas oferece uma gama de abordagens por vezes semelhantes e por vezes distintas, a depender da filiação dos estudiosos. Assim, nesse livro, recortamos apenas alguns teóricos da linguagem, mostrando como cada um deles compreende o fenômeno linguístico.

Convido você a caminhar, junto comigo, por essas trilhas!





1. O corte epistemológico saussuriano e os desdobramentos nos estudos da linguagem

É consenso que a linguagem sempre exerceu enorme fascínio sobre o homem, pois há séculos ele a estuda pelo viés da literatura, da filosofia, da psicologia, da antropologia, da sociologia, dentre tantas outras ciências.

No que tange aos estudos sobre a linguagem são bastante conhecidos os feitos pelos hindus (século IV a. C), que embora por razões religiosas, procuraram assegurar que os cânticos sagrados contidos nos *Vedas* não desaparecessem ou fossem modificados ao longo dos tempos.

Vedas (do sânscrito, “conhecimento”): nome dado ao conjunto de quatro obras que contêm os textos sagrados do hinduísmo e que eram, inicialmente, transmitidos somente via oralidade.

Na Grécia, da Antiguidade Clássica (século V a.C.), uma das principais curiosidades era saber se os nomes (palavras) funcionavam como etiquetas dos objetos (tese naturalista) ou eram fruto de um acordo tácito entre os falantes (tese convencionalista). Dizendo de outro modo, a preocupação dos gregos era, principalmente, definir as relações entre o conceito e a palavra que o designava para responder à pergunta: qual é a relação entre a palavra e a coisa que ela designa?





Na Idade Média, mais precisamente no século XVII – um dos momentos-chave na história da constituição da linguística – os estudos sobre a linguagem foram fortemente marcados pelo racionalismo. Conforme Orlandi (2002, p.12), os pensadores mostram que as línguas obedecem a princípios racionais, lógicos e chegaram à conclusão de que as línguas possuíam uma estrutura una e universal e, por isso, defendiam que as regras da gramática eram idênticas para todas elas. A finalidade dos estudos era, portanto, desenvolver uma língua-ideal, universal, lógica, capaz de assegurar a comunicação humana.

Em 1660, surge a *Gramática Geral e Racional de Port-Royal* ou *Gramática Geral e Racional* (ou *Razoada*) escrita por Lancelot e Arnaud, que serviu de modelo para muitas gramáticas da época, nas quais se defendia que a linguagem se funda na razão. Nessas gramáticas, a linguagem era concebida, portanto, como expressão do pensamento e os princípios de análise não se prendiam a uma língua particular, mas serviam para descrever toda e qualquer língua. Conforme Orlandi (2002, p. 9), o interesse era desenvolver uma teoria geral da linguagem, partindo da autonomia da Gramática em relação à Lógica.

Dando um enorme salto no tempo, no século XIX, a descoberta da existência de um número grande de línguas provoca o desenvolvimento do método histórico-comparado, evidenciando que as línguas se transformam com o tempo, de modo regular, independentemente da vontade dos falantes.





Nesse século, surgem as Gramáticas Comparadas – outro momento-chave na história da constituição da linguística – e o que interessa aos estudiosos não são mais os princípios que regem todas as línguas naturais, mas as transformações que nelas ocorrem no tempo. Conforme Orlandi (2002, p. 13), nessa época dos estudos históricos, o objetivo era “[...] mostrar que a mudança das línguas não depende da vontade dos homens, mas segue uma necessidade da própria língua, e tem uma regularidade, isto é, não se faz de qualquer jeito”.

Esse modo de compreender a língua/linguagem se estendeu até a publicação da obra *O Sistema de Conjugação do Sânscrito Comparado ao Latim, ao Grego, ao Persa e ao Germânico*, de Franz Bopp (1816), que inaugura a Linguística Histórica. De acordo com o alemão, as semelhanças entre o sânscrito e grande parte das línguas europeias comprovava que elas são aparentadas, que pertenciam a uma mesma família (*indo-europeia*).

O interesse não era mais o modelo de uma língua-ideal, mas a origem delas. Segundo Silva e Koch (2003, p. 13), originaram-se assim a gramática comparativa que comparava diferentes línguas com o fito de depreender-lhes as origens comuns e a linguística histórica, que reconstruía essa protolíngua (língua-mãe) da qual teriam se originado todas as outras.





Segundo Dubois *et al.* (1973, p. 266), diz-se que duas ou mais línguas pertencem à mesma *família* quando são aparentadas geneticamente (historicamente), isto é, quando tudo leva a crer que elas se desenvolveram a partir de uma língua comum. Geralmente, reserva-se a denominação *família de línguas* ao conjunto formado por línguas conhecidas de mesma origem.

Conforme o autor, são consideradas famílias de línguas: a indo-europeia, a fino-úgrica, a camito-semítica, a nilótica, a nígero-congolesa, as línguas da Ásia oriental e da Polinésia e as línguas americanas. Dentre essas famílias de línguas, a mais bem estabelecida e cujo estudo serviu de modelo a todas as pesquisas da gramática comparada é a das línguas *indo-europeias* (DUBOIS *et al.*, 1973, p. 268, grifo nosso).

Ainda de acordo com o autor, designam-se “ramos” ou “subfamílias”, as línguas que apresentam maiores semelhanças entre si. Desse modo, podemos dizer que o germânico, o céltico, o balto-eslavo, o itálico, o grego, o albanês, o armênio, o indo-irânico, o tocário e, provavelmente, o h-i-tita são ramos do indo-europeu (DUBOIS *et al.*, 1973, p. 268).





Nessa época, os neogramáticos desenvolvem as leis fonéticas, explicando a evolução das línguas, identificam semelhanças e diferenças entre as línguas indo-europeias e a ainda desconhecida *língua-mãe*, à qual chegaram a partir das regularidades encontradas.

Embora (pre-)dominassem os estudos histórico-comparativos, no fim do século XIX e início do século XX, alguns estudiosos já defendiam a ideia de que, ao lado do ponto de vista evolutivo da língua, ela deveria ser estudada sincronicamente (SILVA; KOCH, 2003, p. 13). Dentre esses estudiosos destaca-se Ferdinand de Saussure, que rompeu com a visão unicamente historicista e atomista do fenômeno linguístico ao conceituar a língua como sistema e propor estudá-la do ponto de vista sincrônico, inaugurando o estruturalismo como método de análise linguística.

Para conhecer a árvore genealógica das línguas indo-europeias, bem como a origem do português, veja:



História da Língua Latina: Brevíssimo Comentário





Desse modo, foi somente no séc. XX, que a Linguística adquiriu o *status* de ciência, com a publicação do *Curso de Linguística Geral (CLG)*, em 1916, de Ferdinand Saussure. A partir dessa obra, a Linguística passa a ser reconhecida como o “[...] estudo científico que visa descrever ou explicar a linguagem verbal humana” (ORLANDI, 2002, p. 9) e lhe são estabelecidos método e objeto próprios.

Ferdinand de Saussure (1857-1913) foi um linguista suíço, cujos estudos sobre língua/linguagem, propiciaram que a Linguística adquirisse o estatuto de ciência autônoma, com método e objeto próprios. Seus trabalhos se tornaram base para o estruturalismo do século XX.



Figura 1 - Ferdinand de Saussure
Fonte: WikimediaCommons

Para Saussure, a língua, eleita por ele como objeto de estudo, não se confunde com a linguagem – multiforme e heteróclita –, mas é uma parte essencial dela. De acordo com o fundador da nova ciência, a língua “[...] é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 1998. p. 17).



Para Saussure, a língua é um sistema, “[...] é um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente.” (COSTA, 2008, p. 114). A essa organização interna da língua, designada por Saussure de sistema, seus sucessores designarão de estrutura, pois o que vale – assim como no jogo de xadrez – são as relações que as peças (signos) estabelecem com as outras dentro do jogo (sistema). Por exemplo, num jogo de xadrez, o cavalo ou a rainha só adquirem valor em oposição às outras peças do jogo.

Essa noção de sistema é bastante produtora na medida em que o entendemos como um conjunto organizado em que um elemento se define pela relação que estabelece com o outro, como, por exemplo, o sistema solar, o sistema circulatório, entre outros.

À geração de estudiosos que se seguiu, designados de estruturalistas, coube observar como o sistema se estrutura. A tarefa do linguista é, portanto, descrever a organização e funcionamento das unidades constituintes e os princípios que a regem, centrando os estudos na organização interna da língua, especialmente nos níveis fonológico e morfológico.





De acordo com Mori (2000, p. 149), a Fonologia é a ciência que estuda as diferenças fônicas correlacionadas às diferenças de significado, ou seja, estuda os fones segundo a função (valor) que cumprem em uma determinada língua específica. Ex.: [p]ato/ [m]ato.

A Fonética e a Fonologia constituem disciplinas diferentes

Fonética

- Estudo do som ligado ao ato de fala.

Fonologia

- Estuda os sons possíveis de ocorrerem em determinada língua.

Fonte: Elaborado com base em MORI, 2000. p. 149.

Segundo Borba (1970, p. 199), a morfologia se ocupa em “[...] detectar e classificar os morfemas, determinar e classificar as partes do discurso, determinar o mecanismo de formação de palavras”. A partir da definição, afirma-se que a morfologia se ocupa de aspectos internos à palavra, e da sua classificação dentro da sentença. Na palavra, existem morfemas gramaticais e morfemas lexicais.

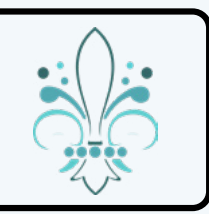


O morfema gramatical tem uma significação interna ou categórica; o morfema lexical, uma significação externa ou léxica (p. ex.: em 'meninos' > ML = 'menin', MG = 'o' e 's'). Os morfemas gramaticais são considerados formas presas, por marcarem relações propriamente *linguísticas que existem somente quando vinculados* aos morfemas lexicais; esses últimos são considerados formas livres, por possuírem mais autonomia, já que estabelecem uma relação de referência com o mundo.

O Estruturalismo é, portanto, uma abordagem que se tornou um dos métodos mais extensamente utilizados para analisar a língua, a cultura e a sociedade, na segunda metade do século XX, e cujo ponto de partida é a obra de Saussure, que, assim como seus contemporâneos iniciou os estudos pela perspectiva da linguística histórica.

Diz-se, então, que ao separar a língua da fala, Saussure não se interessou pela linguagem em situações reais de uso, mas pelas regras e convenções às quais todos os falantes estão expostos e que funcionam no nível do inconsciente, pela estrutura. A pergunta a ser respondida é: qual lógica subjaz oculta por detrás da fala das gentes?





Essa maneira de abordar a linguagem era totalmente diferente das anteriores, que se prendiam na concepção de que as palavras designavam as coisas no mundo (língua como nomenclatura). Ela concentra-se no estudo da constituição interna dos signos ao invés da relação com os objetos do mundo. Saussure transformou a anatomia da linguagem em algo a ser analisado e estudado porque esse novo modo de conceber a língua parte do princípio de que ela é formada por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras, constituindo uma organização, um sistema, uma estrutura.

Repetindo, Saussure entende que a língua é dotada de um sistema, no qual o valor de cada um dos elementos só é definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantêm com os demais elementos, como num jogo de xadrez.

Por esse viés, conseguimos nos comunicar, porque conhecemos as regras da gramática de determinada língua. Esse conhecimento é adquirido no social, na relação que estabelecemos com aqueles que falam a mesma língua.



2. Estruturalismo do lado de cá do Atlântico

O CLG influenciou toda uma geração de linguistas no período entre a I e a II Grandes Guerras Mundiais, como Louis Hjelmslev, que desenvolveu seus estudos na Escandinávia e Antoine Meillet e Émile Benveniste, na França, que propuseram suas próprias versões de linguística estrutural. Nos EUA, Leonard Bloomfield, publica *Language* (1933), inaugurando o distribucionalismo, cujo objetivo é fazer uma descrição de um estudo sincrônico da língua, a partir “da observação de um *corpus* para descrever seus elementos constituintes de acordo com a possibilidade de eles se associarem entre si de maneira linear” (COSTA, 2008, p. 124).

Leonard Bloomfield (1887/1949) é considerado o fundador da linguística estrutural norte-americana. Influenciado pelo behaviorismo, em *Language* (1933), desenvolveu o conceito de fonema como feixe de traços distintivos dando origem à fonêmica (equivalente americano da fonologia europeia).



Figura 2 - Leonard Bloomfield

Fonte: Photographic Archive/University of Chicago





Apesar de não se pautar nos estudos saussurianos, a teoria de Bloomfield apresenta muitos pontos em comum, como: cada língua apresenta uma estrutura específica, evidenciada a partir dos níveis fonológico, morfológico e sintático, sendo que cada um deles é constituído por unidades do nível imediatamente inferior.

Isso significa que a descrição deve começar pelas unidades mais simples até chegar às mais complexas e que cada unidade é definida em função de sua posição estrutural, de acordo com os elementos que a precedem e a seguem na construção. Para isso, é exigida absoluta objetividade, o que exclui a semântica do escopo da linguística. (COSTA, 2008, p. 123).

O autor parte ainda do princípio de que o processo de combinação das unidades para formar uma frase é regido por leis próprias do sistema linguístico. Desse modo, enquanto algumas construções como “Estou com sede” são permitidas, outras como “Sede estou com” são impossíveis de serem realizadas.

Para estudar uma língua, do ponto de vista da linguística distribucional, é necessário: a) reunir um conjunto de enunciados efetivamente emitidos por usuários de uma língua em determinada época; b) a partir desse conjunto, elaborar um inventário que permita determinar as unidades elementares em cada nível de análise, assim como as classes que as agrupam; c) a verificação das leis de combinação de elementos de diferentes classes; a exclusão de qualquer indagação sobre o significado dos enunciados que compõem o conjunto dos enunciados reunidos. (COSTA, 2008, p. 124).





De acordo com esse pensamento behaviorista, uma comunidade linguística ensina o indivíduo a expressar um termo, a partir de estímulos reforçadores quando a resposta ocorre na presença do referente. Ex.: Uma criança aprende a dizer mamadeira na presença de uma mamadeira ou objeto similar, não porque compreende o significado da palavra, mas porque a resposta, na presença desse objeto, pressupõe uma história de reforço pela comunidade verbal.

Behaviorismo: corrente da psicologia fortemente difundida nos EUA, a partir de 1920 e cujo precursor foi Skinner, professor da Universidade de Harvard e principal teórico da concepção comportamentalista da linguagem. Para os behavioristas, a linguagem humana é um fenômeno externo ao indivíduo, isto é, consiste num sistema de hábitos fixados pela repetição e que funcionam como resposta a determinados estímulos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os estudos linguísticos pautados no behaviorismo desenvolvidos por Bloomfield, nos EUA, durante as cinco primeiras décadas do século XX, representaram um rompimento com as teorias mentalistas que defendiam que a fala era explicada como um efeito dos pensamentos (intenções, crenças, sentimentos do sujeito falante), conforme explica Costa (2008, p. 125).





Tendo por finalidade descrever um estado sincrônico da língua, o método distribucional parte da observação dos elementos constituintes de um conjunto de enunciados, pressupondo que eles se associam entre si de maneira linear, contrariando a tese da arbitrariedade do signo linguístico defendida por Saussure. É, portanto, um método descritivo e indutivo que defende que as frases de uma língua são formadas pela combinação de seus constituintes, que, por sua vez, são formados por unidades de ordem inferior. Ex:

- Frase..... a menina comprou um livro.
- Sintagmas..... a menina/comprou um livro.
- Palavras..... a/menina/comprou/um/livro.
- Morfemas..... a/menin/a/compr/ou/um/livr/o
- Fonemas..... /a/ /m/e/n/i/n/a/ /k/õ/p/r/o/u/ û/ /l/i/v/r/o



Cabe salientar que a análise distribucional e, mais especificamente, o modelo estruturalista revela uma perspectiva demasiadamente formal acerca do fenômeno linguístico, já que se preocupa apenas com as relações internas do sistema, excluindo quaisquer outros fatores extralinguísticos e isso produz importantes consequências teóricas, como, por exemplo, não considerar aquele que fala e nem as condições em que se produz o dizer.

No Brasil, de acordo com Cardoso (2015, p. 45), o processo de institucionalização e cientificação da linguística como ciência, começa a se delinear a partir de 1930, com a criação das primeiras faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio de Janeiro. Até essa época, não havia professores especializados e quem ministrava as aulas nas faculdades de Letras, eram profissionais das mais diversas áreas, como advogados, arquitetos, engenheiros etc.

Conta a autora, que para suprir essa falta de profissionais habilitados para o ofício do magistério nessas faculdades, eram convidados professores de Portugal e da França, que aqui deixaram discípulos, que por sua vez, até meados da década de 60, ocuparam as cátedras das universidades brasileiras e contribuíram enormemente para com os estudos sobre a linguagem, ainda que preferissem ser chamados de filólogos ao invés de linguistas.



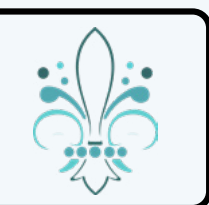


Os estudos que desenvolviam eram, na sua grande maioria, de caráter filológico e não raras vezes se confundiam com os estudos literários, tanto que até os estudos dialetológicos realizados na época, embora tenham reverberado muito fortemente, foram incorporados à Filologia. Apesar de nesse momento haver uma tentativa de descrever a língua falada no Brasil, esses estudos logo perderam fôlego, em virtude da crise política de 1964 (os pesquisadores eram suspeitos de subversão), da falta de investimentos pelo Estado e da imensa extensão territorial do país.

Com os estudos da dialetologia em queda, começa a ganhar notoriedade outra linha de pesquisa: o estruturalismo com Theodoro Henrique Maurer Jr, professor de Filologia Românica da Universidade de São Paulo e cujos estudos eram pautados em Saussure e Bloomfield.

No entanto, o primeiro curso de linguística, no Brasil, foi ofertado por Mattoso Câmara (1938-1939), na recém fundada Faculdades de Filosofia e Letras do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, até quando a instituição foi fechada pelo Estado, por ser considerada subversiva. Mattoso Câmara retorna às salas de aula nas escolas de ensino secundário.





Entre setembro de 1943 e abril de 1944, Mattoso Câmara consegue uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller e parte para os EUA, onde passa a participar do Círculo Linguístico de Nova York, juntamente com grandes nomes, como Roman Jakobson, e ter mais contato com as ideias estruturalistas de Ferdinand de Saussure e Nicolai Troubestkoi.

De acordo com Cardoso (2015, p. 45), o trabalho estrutural de Mattoso Câmara é dividido conforme segue: a) a concepção de fonema como um valor linguístico; b) análise e descrição dos dados linguísticos sincronicamente resultantes de uma distinção de traços pertinentes; c) a divisão de duas disciplinas sendo uma a fonologia ou fonêmica e a outra a fonética. No entanto, seus estudos foram alvo de críticas severas e impedidas de significar, conforme aponta a autora.

Para saber mais sobre a institucionalização da linguística no Brasil e sobre Mattoso Câmara, ler:



Do enunciado à Memória - Patrícia Cardoso





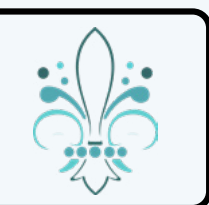
3. Funcionalismo: a linguagem como forma de interação verbal

O termo funcionalismo parece designar uma corrente teórica distinta e separada do estruturalismo. No entanto, essa corrente teórica constitui um movimento particular dentro do próprio estruturalismo que, como se sabe, se desenvolveu a partir dos estudos de Ferdinand de Saussure e, mais especificamente, a partir da publicação do CLG, em 1916.

Nesse sentido, os funcionalistas são estruturalistas na medida em que seu objeto é, de fato, a língua como sistema, à qual acrescentam um questionamento em termos de funções a que ela se presta, o que permite afirmar que é um estruturalismo funcional, conforme Paveau (2006, p. 115).

Segundo a autora, se desejarmos opor o funcionalismo a uma outra corrente linguística é ao formalismo, que devemos fazê-lo, já que enquanto esse tem por objetivo o funcionamento interno da linguagem, aquele tem como foco as constantes transformações das formas da linguagem na sociedade

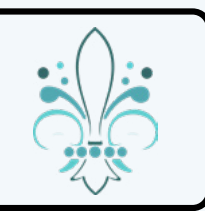




Como o próprio nome indica, o funcionalismo tem por objetivo estudar as funções desempenhadas pelos elementos linguísticos, sob quaisquer de seus aspectos: fônicos, gramaticais, semânticos (ORLANDI, 2002, p. 26). Conforme Paveau (2006, p. 115), o funcionalismo “[...] é um modo de olhar sobre a linguagem e suas relações com a organização do mundo.” Assim, os estudos de cunho funcionalista estão voltados para a análise das funções que os enunciados e textos desempenham na comunicação interpessoal, trabalham com os dados reais de fala ou escrita extraídos de contextos efetivos de comunicação, deixando de lado frases dissociadas de sua função no ato da comunicação. Logo, essa corrente surge como reação às impropriedades constatadas nos estudos de cunho estritamente estrutural, embora tenha se desenvolvido no interior dela.

De acordo com Cunha (2008, p. 157), os funcionalistas compreendem a linguagem como “[...] instrumento de interação social, alinhando-se às vertentes que analisam a relação que se estabelece entre a linguagem e a sociedade.” Conforme a autora, “[...] seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa – que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua.” Em síntese, a abordagem funcionalista explica as regularidades da língua em situações reais de uso (falada ou escrita), evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função no ato de comunicação. O que se prioriza são as condições discursivas desse uso. (CUNHA, 2008, p. 157).





O Funcionalismo surgiu na década de 1920, a partir dos estudos desenvolvidos no Círculo Linguístico de Praga (CLP), fundado pelo linguista Vilém Mathesius (1926). Em 1929, o autor publica um artigo no qual defende os princípios norteadores do funcionalismo pragueano: os estudos sincrônicos da linguagem e os laços que se estabelecem entre os estudos linguísticos e o campo social da arte e criação. No entanto, os principais estudos do Círculo Linguístico de Praga foram desenvolvidos por Troubestskoi e Jakobson.

Ao primeiro “[...] deve-se a teoria estruturalista do fonema, a noção de contraste funcional utilizada na distinção entre fonética e fonologia, a teoria dos sistemas fonológicos desenvolvidas com Jakobson e o conceito de traços distintivos”, mais tarde incorporados por Chomsky na teoria gerativa.” (CUNHA, 2008, p. 160). Jakobson, por sua vez, é o responsável pela aplicação do conceito de marcação na morfologia, aplicado inicialmente na fonologia e que extrapolou a linguística, refletindo-se na poesia e na antropologia.

Com se percebe, com relação aos princípios saussurianos, esses linguistas se opunham à distinção entre sincronia e diacronia preconizada pelo fundador da linguística moderna, assim como à homogeneidade do sistema linguístico.

Os círculos linguísticos eram constituídos por grupos de estudiosos que se reuniam para discutir a linguagem sob determinadas perspectivas teóricas.

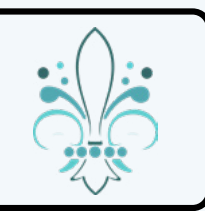


Podemos dizer, então, que os integrantes do Círculo Linguístico de Praga assumiram que a linguagem é um instrumento de comunicação e de interação social empregado por seres humanos com o objetivo de transmitir informação entre interlocutores reais. Assim, defendiam a necessidade de estabelecer um objeto de estudo baseado no uso real da língua, o que significava não rejeitar a separação entre sistema e uso, tal como preconizavam os estruturalistas, ao estabelecer a dicotomia entre língua e fala.

Para eles, a linguagem é uma ferramenta que se adapta às funções que exerce e, desse modo, ela pode ser explicada somente com base nessas funções, que são essencialmente comunicativas. Torna-se essencial explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que se estabelecem entre falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática (intenção) de ambos no contexto sociointeracional.

De acordo com Paveau (2006), o CLP postulava que a estrutura das línguas é determinada por suas funções características. Isso permite afirmar, que esse círculo defendia que era necessário combinar os princípios do estruturalismo (língua como sistema) às funções que os elementos desempenham dentro dele. Segundo a autora, pode-se definir *função* como “[...] a tarefa atribuída a um elemento linguístico estrutural (classe, mecanismo) para atingir um objetivo no quadro da comunicação humana.” (PAVEAU, 2006, p. 124).





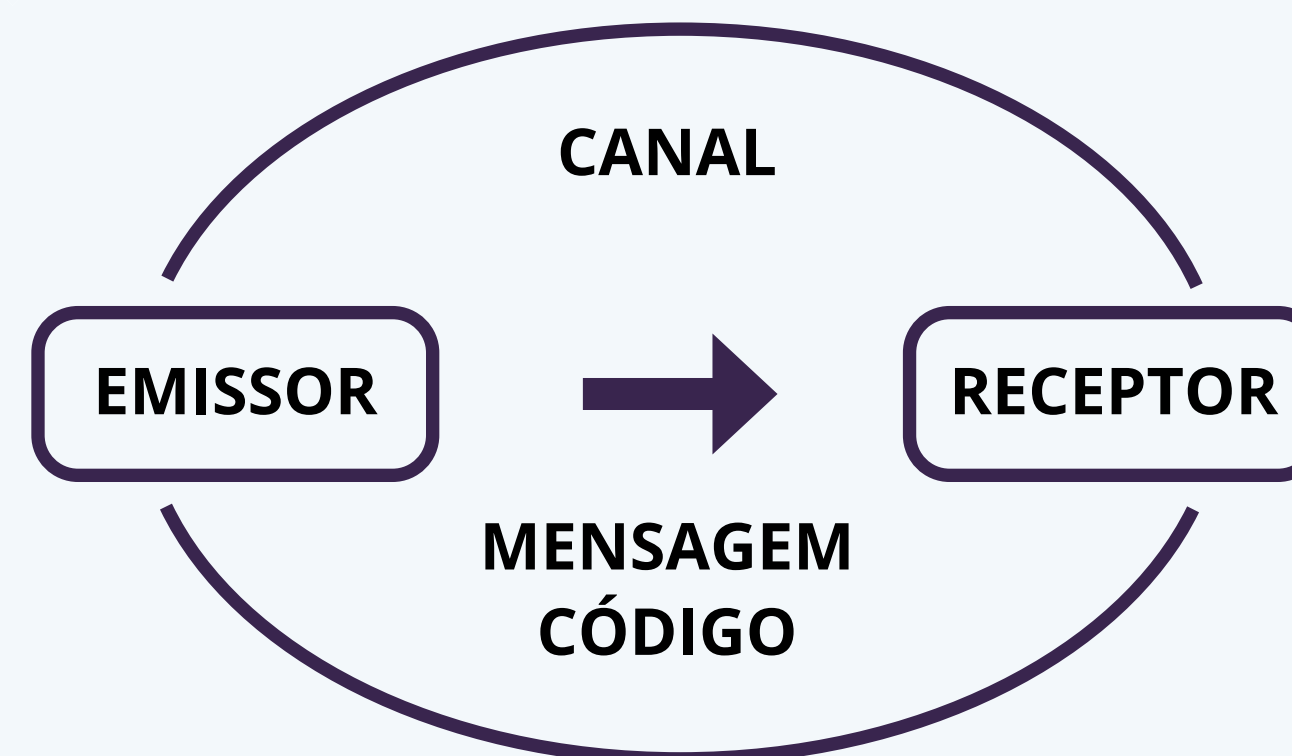
Para delimitar as funções da língua, fazia-se necessário, no entanto, criar uma tipologia que descrevesse o seu funcionamento. De acordo com Paveau (2008, p. 124), isso foi feito inicialmente por Bühler (1934), que define 3 funções da linguagem: cognitiva (representação do mundo/transmissão de informações); expressiva (revela informações sobre estados interiores, disposições/atitudes do locutor) e conativa/apelativa (influenciar o destinatário a fazer algo).

Em 1963, a essas 3 funções da linguagem propostas por Bühler (1934) centradas, respectivamente no mundo, no locutor e no interlocutor, Jakobson, no artigo “Linguística e Poética”, acrescenta a mensagem, o código utilizado e o contato entre os interlocutores e propõe um esquema de comunicação que foi muito usado no ensino de língua portuguesa durante todo o século XX (PAVEAU, 2008, p. 125). De acordo com o autor, a linguagem se presta a uma variedade de funções, mas para compreendê-las, é necessário levar em conta os elementos constitutivos de todo ato de comunicação, conforme segue:





Figura 3 – Elementos da comunicação e funções da linguagem



Fonte: Elaboração própria.

De acordo a Teoria da Comunicação, desenvolvida pelo linguista russo, toda mensagem tem uma finalidade predominante, que pode ser a simples transmissão de informação, o estabelecimento puro e simples de uma relação comunicativa, a expressão de emoções, e assim por diante.

O conjunto dessas seis finalidades, cada uma delas centrada num dos elementos constitutivos do ato da comunicação, sob o rótulo geral de Funções da Linguagem, é assim descrito:



a) Função Referencial ou Denotativa (ênfase no contexto): quando o objetivo da mensagem é a transmissão de informação sobre a realidade ou elemento a ser designado:

A segurança da Internet foi o tema principal do 23º Congresso de Segurança Computacional realizado em novembro do ano passado, nos Estados Unidos, pela *Computer Security Institute* (CSI), uma entidade criada em 1974, que tem forte atuação internacional na área de treinamento e organização de feiras e eventos (*Brazilian Times*).

b) Função Emotiva ou Expressiva (ênfase no emissor): quando o objetivo da mensagem é a expressão das emoções, atitudes, estados de espírito do emissor com relação ao que fala:

Édipo: Oh! Execrável nuvem de trevas, que calas sobre mim, monstruosa, invencível, que não posso dissipar! Ai de mim! Ai de mim! Como sinto cravar-se juntamente a pontada destes agulhões e a memória de minhas desventuras.

(*Teatro Grego: Sófocles*)



c) Função metalinguística (ênfase no código): quando o objetivo da mensagem é falar sobre a própria linguagem:

Poética

Que é poesia?
uma ilha
cercada
de palavras
por todos
os lados. (Cassiano Ricardo)

d) Função Fática (ênfase no canal): quando o objetivo da mensagem é simplesmente o de estabelecer ou manter a comunicação, o contato entre o emissor e o receptor:

- E você? O que acha do movimento de libertação feminina?
- Olha, no meu ponto de vista, sabe, a mulher do tipo liberada, sabe, né?...bem... como eu estava dizendo, a mulher liberada, fala, discute, sabe como é, né? Entendeu? Bem, no final das contas, você percebe, né, acho que esse tipo de mulher é isso aí.



e) Função Poética (ênfase na mensagem): quando o objetivo da mensagem é dar ênfase à elaboração da mensagem. O emissor constrói o texto de maneira especial, realizando um trabalho de seleção e combinação de palavras, objetivando provocar algum efeito de sentido no receptor. Nos poemas, é muito comum a manifestação da função poética da linguagem, mas ela se manifesta, ainda, em outros tipos de textos tais como em anúncios publicitários e até mesmo nos textos em prosa:

Traduzir-se

Uma parte de mim
é todo mundo;
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.

Uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.

Uma parte de mim
pesa, pondera;
outra parte
delira.

Uma parte de mim
almoça e janta;
outra parte
se espanta.

Uma parte de mim
é permanente;
outra parte
se sabe de repente.

[...]

Ferreira Gullar





f) Função Conativa ou Apelativa (ênfase no receptor): quando o objetivo da mensagem é persuadir o destinatário, influenciando no seu comportamento. A linguagem da propaganda é, nesse sentido, a expressão típica da função conativa. As expressões linguísticas com vocativos e formas verbais no imperativo também exemplificam essa função:

Como os assaltos crescem dia a dia, não podendo contê-los, a PM sabiamente dá conselhos aos cidadãos para serem menos assaltados:

Não demonstre que carrega muito dinheiro.

Jamais deixe objetos à vista, dentro do carro.

Não deixe documento no veículo.

Não leve objetos de valor nem muito dinheiro para a praia.

Se assaltado, fique calmo. Não discuta nem reaja.

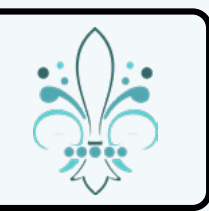
Depois de ler com extrema atenção estas instruções oficiais, acrescento as minhas, ou melhor, Resumo:

Não saia de casa.

Se possível, não saia do quarto.

De preferência, não saia do cofre. *(Millôr Fernandes)*.





Para melhor compreensão, trazemos o quadro que segue:

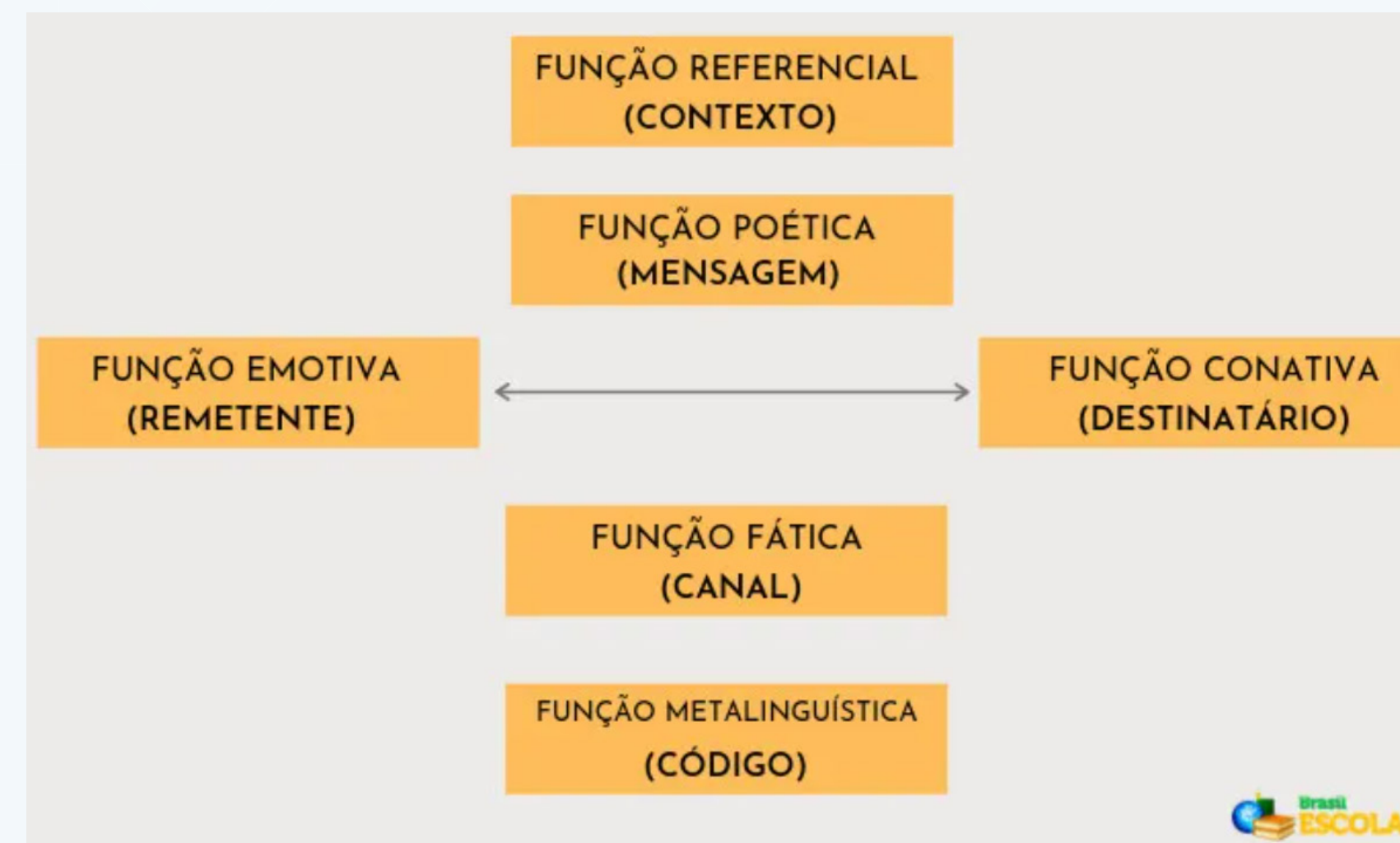


Figura 4 - Funções da Língua

Fonte: Castro/Brasil Escola.

Ainda, na linha do funcionalismo, menciona-se os trabalhos de André Martinet (francês) e de Michael Halliday (britânico). O primeiro, segundo Paveau (2006, p. 135), tem uma ligação direta com o estruturalismo europeu elaborado por Saussure e com a vertente funcionalista do Círculo de Praga, em especial com os trabalhos de Troubestkoï, embora tenha iniciado os estudos com pesquisas sobre o indo-europeu e a fonologia.

De acordo com a autora, Martinet não propôs um modelo de linguística geral, como fez Chomsky, mas o conjunto de seus trabalhos constitui uma teoria no quadro de uma linguística funcional. Martinet procurou desenvolver uma linguística objetiva, que escapava da intuição psicologista da linguagem e do formalismo.



Conforme Paveau (2006, p. 135), o princípio que embasa teoricamente os estudos de Martinet é a definição de língua como “[...] instrumento de comunicação duplamente articulado e de manifestação vocal.” Na obra *Função e Dinâmica das Línguas*, o autor define o termo funcional, no sentido mais corrente e que implica que os enunciados languageiros são analisados em referência à maneira como eles contribuem para o processo de comunicação”. (MARTINET, 1989, p. 53 *apud* PAVEAU, 2006, p. 135).

Segundo o autor, a linguagem verbal humana tem uma característica estrutural que a difere de todas as outras linguagens: a dupla articulação. Segundo essa característica, todo enunciado se articula em dois planos: no primeiro plano, ou primeira articulação, o enunciado divide-se linearmente em unidades mínimas significativas (monemas), que têm um significado e um significante.

No segundo plano, ou segunda articulação, cada monema, por sua vez, se articula em unidades menores desprovidas de significado (mas que produzem distinção de significação entre signos) – os fonemas, que existem em número limitado em cada língua.

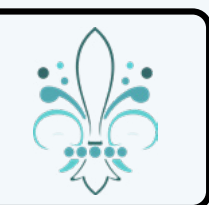




É necessário, ainda, destacar os estudos de Halliday, que incorpora na sua obra a dimensão social à linguística, pois para ele, a linguagem é totalmente dependente da cultura, sendo que a articulação entre os dados sociais e as formas linguísticas faz-se por meio das metafunções (ideacional, interpessoal, textual), que são “[...] uma tentativa teórica de relacionar as formas internas da linguagem e suas utilizações nos contextos da vida social.” (PAVEAU, 2006, p. 139).

Segundo Cunha (2008, p. 162), apoiado na tradição etnográfica de Boas-Sapir-Whorf e de Malinowski, Halliday defende que “[...] a tese de que a natureza da linguagem, enquanto sistema semiótico, e seu desenvolvimento em cada indivíduo devem ser estudados no contexto dos papéis sociais que os indivíduos desempenham.”

No Brasil, o Funcionalismo se desenvolveu, principalmente, a partir dos estudos de Ataliba T. de Castilho e de Maria Helena de Moura Neves. De acordo com essa autora, “[...] o funcionalismo é uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins a que servem as unidades linguísticas, o que é o mesmo que dizer que o funcionalismo se ocupa, exatamente das funções dos meios linguísticos de expressão” (2011a, p. 17).



Por esse viés, a noção de função é entendida como entidade sintática, e como a união do estrutural (sistêmico) com o funcional, encaminhando a reflexão para a multifuncionalidade dos itens, para a observação das estruturas linguísticas, entendidas por ela, como “[...] configurações de funções, e as diferentes funções são os diferentes modos de significação do enunciado, que conduzem à eficiência da comunicação entre os usuários de uma língua” (NEVES, 2011 a, p. 18).

Ainda de acordo com a autora, o homem fala porque dispõe da competência linguística, porque domina uma língua particular historicamente inserida (o conhecimento de um idioma), e porque se encontra em uma dada situação de uso (em um determinado evento comunicativo) (NEVES, 2011 a, p. 19).

Levar em conta as motivações externas do falante ao produzir os enunciados implica considerar um componente pragmático que se integra aos componentes sintático e semântico para organizar a interação (NEVES, 2011 a, p.24). Admitir que há esse componente pragmático na comunicação implica concordar com a tese de que há determinações discursivas na sintaxe e que as regras da teoria funcionalista são as que governam a constituição das expressões linguísticas e as que governam os padrões de interação verbal, as primeiras instrumentais em relação às outras (DIK, 1989; 1977 *apud* NEVES, 2011a, p. 25). Isso significa que:





[...] o fim último da busca de explicação se situa nos modos de uso das expressões linguísticas. As frases são, em última análise, correspondentes linguísticos de 'atos de fala' e, portanto, nada mais são do que a ponta de saída do esquema interacional. [...] É, afinal, um esquema em que a pragmática deixa de entrar como simples perspectiva para integrar uma gramática regulada pelas funções da linguagem, entendido que os componentes fundamentais do significado são os componentes funcionais (NEVES, 2011 a, p. 26).

Para conhecer um pouco mais do trabalho da autora, consultar Módolo e Coneglian (2020, p. 2), que enfatizam que na obra *A gramática funcional – interação, discurso e texto*, Maria Helena de Moura Neves (NEVES, 2018), “[...] faz uma incursão no campo do funcionalismo explicitando suas configurações epistemológicas, seus principais temas de investigação, sua história intelectual e, também, coteja grandes correntes dentro do campo.” Os autores enfatizam também que em *Gramática de usos do português* (2011b), Neves não apresenta um modelo funcionalista particular, mas sustenta seus estudos “[...] em um conjunto de pressupostos funcionalistas para a análise da gramática da língua, sendo o mais importante deles o entendimento de que a língua viva se observa no fazer discursivo, nas escolhas que os falantes fazem.” (MÓDOLO; CONEGLIAN, 2020, p. 23). Alertam ainda, que nessa obra, a descrição linguística é feita a partir da observação da língua em uso em situações reais de fala e embora os capítulos sejam divididos tal como nas gramáticas tradicionais, a gramática fornece subsídios para sistematizar esses usos.





De acordo com Cunha (2008, p. 163), em linhas gerais e diferentemente das teorias formais,

[...] o funcionalismo pretende explicar a língua com base no contexto linguístico e na situação extralinguística. De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso, ao qual se molda. Ou seja, há uma forte vinculação entre discurso e gramática: a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva.

Em síntese, o que os funcionalistas propõem é estudar a língua em uso em contextos reais de comunicação, pois acreditam que é nesse espaço que a gramática – organismo maleável, que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes – se constitui, isso porque “[...] as regras da gramática são modificadas pelo uso (isto é, as línguas variam e mudam) e, portanto, é necessário observar a língua como ela é falada.” (CUNHA, 2008, p. 164).





4. A Teoria Gerativa: a Linguagem como componente da mente/cérebro

O estruturalismo dominou os estudos sobre a linguagem até a segunda metade do século XX, mas a partir de 1957, data da publicação das *Estruturas Sintáticas*, de Noam Chomsky, desponta uma nova corrente teórica, o *Gerativismo* ou *Gramática Gerativa* que, embora tenha se aproveitado de muitos dos conceitos de F. de Saussure, provocou uma verdadeira revolução no modo de compreender a linguagem. Conforme Kenedy (2008, p. 127), desde o seu surgimento, o gerativismo reviu várias vezes seus princípios, refletindo a preocupação dos pesquisadores em elaborar um modelo teórico formal, inspirado na matemática, capaz de explicar como funciona a linguagem humana.

Avram Noam Chomsky nasceu na Filadélfia, em 1928, e tornou-se professor de Linguística no MIT (Massachusetts Institute of Technology) a partir de 1955. Além de linguista, é matemático e tem ganhado visibilidade como intelectual engajado nas lutas políticas do seu tempo. Entre outras, destacam-se as seguintes obras: *Syntatic Structures* (1957), *Formal Properties of Grammars* (1964), *Current issues in Linguistic Theory* (1965), *Aspects of the theory of Syntax* (1965).

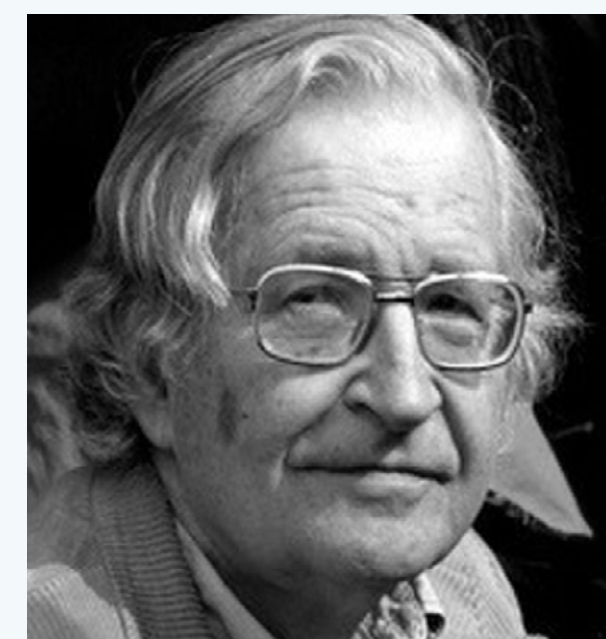


Figura 5 - Noam Chomsky
Fonte: Wikimedia Commons





Formulada inicialmente para se opor à visão behaviorista (comportamentalista/empiricista) de descrição dos fatos linguísticos e, portanto, como um fenômeno externo ao indivíduo, a teoria de Chomsky chamava atenção para o fato que todo falante é capaz de criar, a todo momento, frases novas e inéditas, desde as mais simples até as mais elaboradas. Segundo o autor citado, ao elaborar sua teoria, Chomsky defendia que “[...] a criatividade é o principal aspecto caracterizador do comportamento linguístico humano, aquilo que mais fundamentalmente distingue a linguagem humana dos sistemas de comunicação animal” (KENEDY, 2008, p. 128).

Em 1959, Chomsky publica uma resenha do livro Comportamento Verbal, de autoria de Skinner, na qual critica severamente a visão comportamentalista da linguagem, defendendo que os indivíduos estão, a todo momento, construindo frases nunca ditas antes. Com esse pensamento, Chomsky criticou a concepção empiricista dos estudos da linguagem difundida por Skinner e defendeu uma abordagem racionalista, segundo a qual a origem da linguagem é a mente humana.



Segundo Chomsky, se há espaço para a criatividade, então é necessário abandonar a concepção de que a linguagem humana está pautada no par estímulo/resposta em favor de outra que considera a linguagem como inata ao ser humano, como uma capacidade genética, como uma capacidade interna ao organismo humano. Em poucas palavras, o Gerativismo assume que os falantes nascem dotados de uma faculdade da linguagem, já nascem com um componente na mente/cérebro especificamente dedicado ao aprendizado da linguagem.

Essa faculdade da linguagem, no estado inicial, é denominada, por Chomsky, de *Gramática Universal* (GU) e considerada uniforme em toda a espécie humana. De acordo com Kenedy (2008, p. 135), entende-se por GU, “[...] o conjunto das propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais, bem como as diferenças entre elas que são previsíveis segundo o leque de opções disponíveis na própria GU.”

Dessa forma, de acordo com o gerativismo, todos os falantes nascem dotados da mesma faculdade da linguagem e partem do mesmo estado inicial, porém, essa gramática universal modifica-se à medida em que eles são expostos a determinados ambientes linguísticos.

Dizendo de outro modo, a teoria gerativa assume que o falante desenvolve o conhecimento de determinada língua a partir das regras que traz internalizadas no cérebro, ao nascer, e da interação com os dados linguísticos aos quais é exposto. De acordo com Kenedy (2008, p. 135):





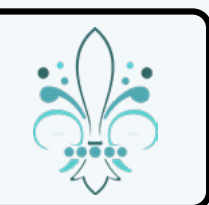
A faculdade da linguagem é o dispositivo inato, presente em todos os seres humanos como herança biológica, que nos fornece um algoritmo, isto é, um sistema gerativo, um conjunto de instruções passo a passo – como as inscritas num programa de computador – o qual nos torna aptos para desenvolver (ou adquirir) a gramática de uma língua. Esse algoritmo é a GU.

Inspirado no racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, Noam Chomsky propõe uma teoria a que chama de gramática, cuja finalidade não é ditar normas, mas dar conta das frases que pertencem à língua. Nasce assim, o modelo que ficou conhecido como transformacional, que foi reformulado várias vezes, nas décadas de 1960 e 1970 e cuja finalidade era “[...] descrever como os constituintes das sentenças eram formados e como tais constituintes se transformavam em outros por meio da aplicação de regras.” (KENEDY, 2008, p. 131). Com base nesse modelo, os gerativistas chegaram à conclusão de que a partir de um número finito de regras, é possível formar um número infinito de sentenças.

A partir de (1) João ama Maria, por exemplo, são construídos outros enunciados, tais como: (2) Maria é amada por João, (3) Quando João amava Maria etc. Isso significa que as frases (2) e (3) são produzidas a partir de certas transformações operadas sobre a frase (1), designada de frase mínima, porque comporta uma unidade elementar da enunciação. A frase mínima do exemplo é composta por dois constituintes sintagmáticos: um sintagma nominal (SN) que tem a função de sujeito e um sintagma verbal (SV) que tem a função de predicado. Sua descrição seria assim representada:

F= SN (João) + SV (ama Maria)





É fácil também perceber que as demais frases descrevem-se igualmente bem, com ligeiras alterações, como modificações dessa estrutura, de acordo com a aplicação das regras de transformação pertinentes: F= SN (Maria) + SV (é amada por João).

Então, a *Gramática Gerativo-Transformacional* aponta para duas características diferentes: é gerativa porque fornece uma descrição estrutural (finita) para todos os objetos linguísticos (infinitos) que são gramaticais dentro do domínio da língua natural que se examina e transformacional, porque concebe e descreve as estruturas de superfície como resultado de transformações operadas na estrutura profunda. Essa forma de conceber a língua (as estruturas sintáticas) é representada/visualizada por meio dos diagramas arbóreos, conforme exemplo que segue:

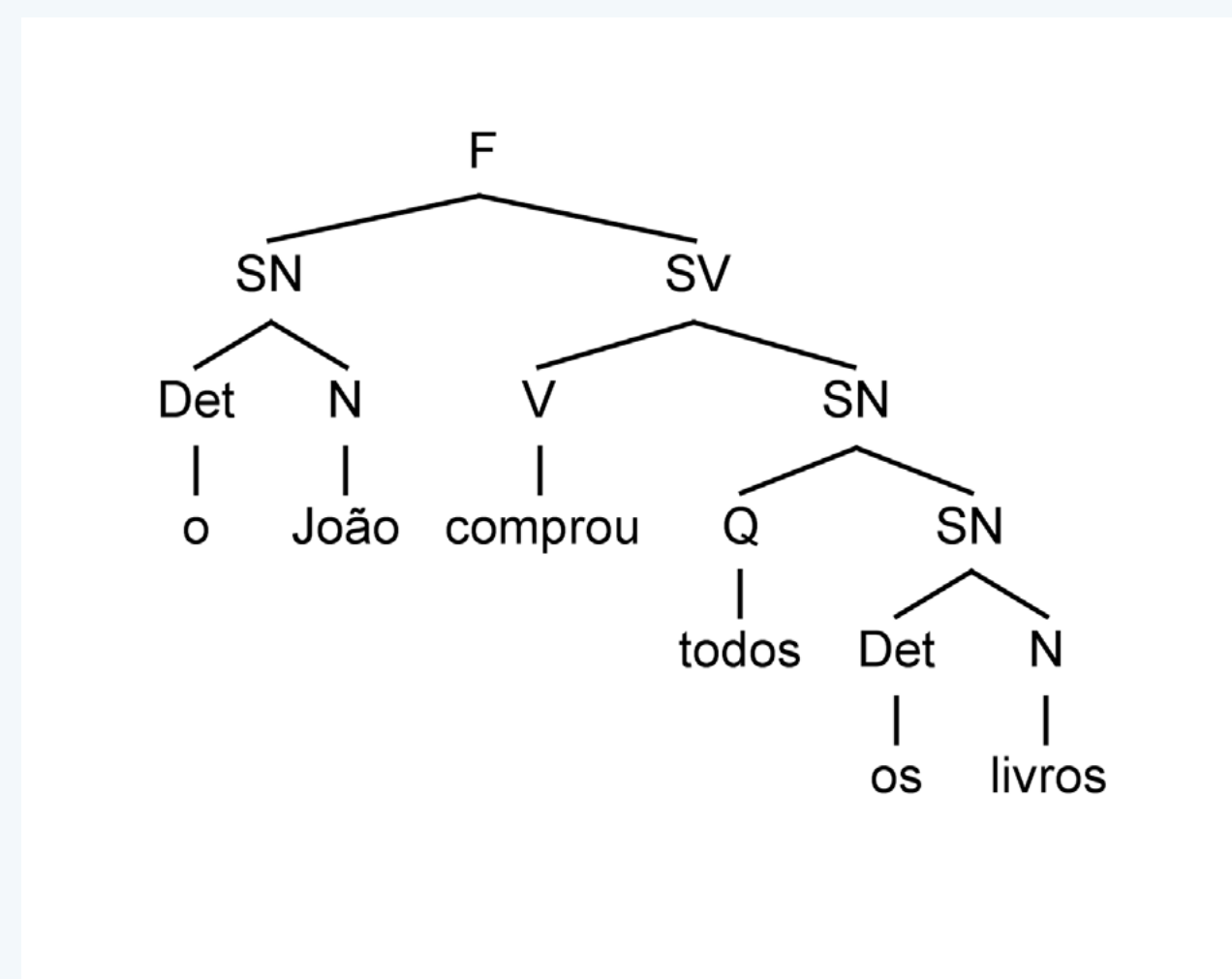


Figura 6 - Exemplo de Diagrama Arbóreo

Fonte: Letras, uma paixão, blogspot.



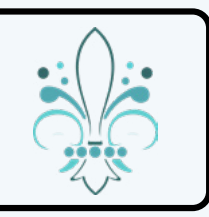


Na década de 1990, segundo Kenedy (2008, p. 133), a ideia da transformação de uma estrutura profunda numa ou mais estruturas superficiais cederia espaço a uma visão que não mais representava estruturas, mas as derivava. A preocupação não era mais comparar as estruturas sintáticas, mas descrever o modo pelo qual elas derivavam para outras.

Para os gerativistas, a estrutura profunda é a estrutura de base, enquanto a estrutura superficial é aquela engendrada a partir dela. Ex.: O aluno comprou um livro (estrutura profunda). Um livro foi comprado pelo aluno (estrutura superficial).

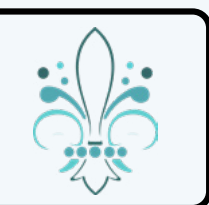
Nesse sentido, as perguntas a serem respondidas são: como o falante consegue distinguir uma frase gramatical de uma agramatical? Como a intuição funciona na produção de enunciados de uma língua?

Chomsky entende que as frases gramaticais são aquelas bem formadas fonológica e sintaticamente. Ex.: “Está muito frio hoje” e as agramaticais são as mal-formadas, como por exemplo: “Hoje, frio, muito, está.”



Segundo Chomsky, todo falante nativo conhece e domina as regras da língua que fala. A esse conhecimento linguístico internalizado, ele designa de competência linguística e permite formular a hipótese de que as mesmas regras que engendraram os enunciados velhos são aplicáveis para a geração de enunciados novos. Desse modo, defende que todo falante nativo já nasce dotado dessa competência linguística, porque a linguagem é essencialmente espírito produtivo. Para ele, essa faculdade é inata (predisposição genética), pois é verificada em todos os falantes e constitui, por isso, um universal linguístico. Desse modo, elege a competência, como o novo objeto de estudo da Linguística, e a define como o saber linguístico implícito dos sujeitos falantes, o sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro.

Esse saber implícito (competência) aproxima-se do conceito de língua de Saussure. No entanto, distingue-se da manifestação exterior e atualiza-se, num momento dado desse saber implícito, manifestação essa a que Chomsky dá o nome de performance (desempenho/atuação) compreendida como a capacidade de o falante nativo efetuar determinadas operações, a partir de enunciados velhos. Essa noção se aproxima do conceito saussureano de *parole*, traçando assim, uma distinção fundamental entre o conhecimento que um falante tem das regras de uma língua (competência) e o uso efetivo que faz dessas regras em situações reais (performance/desempenho/atuação).



O objeto de estudo da teoria gerativa é a competência linguística do falante e não o desempenho, já que o interesse recai, fundamentalmente, no funcionamento da mente. Por esse viés, a língua é entendida, portanto, como um conjunto de regras, grande parte delas ordenadas, que permitem ao falante gerar um número infinito de frases.

Essas regras que todas as línguas possuem fazem parte da competência linguística de todos os falantes nativos de uma língua. É por meio dela que aceitamos certas frases e rejeitamos outras. É competência do falante que lhe permite, a partir de um número limitado de regras, gerar um número infinito de frases.

Dessa maneira, a chamada revolução chomskyana traz consigo os conceitos de produtividade, competência X performance (desempenho/atuação) e a de universais linguísticos, pois segundo ela, com exceção dos enunciados estereotipados, quase sempre centrados na função fática da linguagem, tais como: “como vai?”, “muito obrigado”, entre outros, a maior parte dos enunciados que produzimos todos os dias são inteiramente novos, o que comprova a existência de uma certa regularidade na atividade linguística dos falantes, que se apresenta tanto nos enunciados velhos como nos novos.



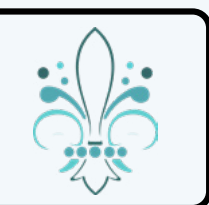


De acordo com o que dissemos no primeiro capítulo, o principal objetivo do modelo estruturalista é o de estudar enunciados efetivamente realizados, excluídos de qualquer consideração da situação em que foram proferidos, tentando efetuar, assim, a sua descrição. Em termos bem amplos, os estruturalistas elaboraram uma teoria dos níveis, que vai do nível mínimo (fonológico) ao nível máximo (fraseológico), passando pelo nível médio (morfológico).

Assim, o que contrapõe imediatamente o estruturalismo clássico à teoria gerativa é uma diferente concepção dos fins da teoria linguística e, sobretudo, do papel nela representado pela sintaxe, que foi relegada a uma obscura posição de segundo plano nos quadros da ciência das línguas, pelo estruturalismo.

Limitando-se a estabelecer inventários e classificações de unidades e níveis sobrepostos, a Linguística Estrutural ignorou o aspecto criador das línguas naturais. Entretanto, sabe-se que qualquer falante nativo de um idioma compreende e reproduz tanto enunciados velhos (aqueles que são efetivamente realizados, ouvidos e repetidos depois pelos falantes) quanto enunciados novos (aqueles que ainda não foram realizados, nem ouvidos por aqueles que os executam).





O ponto de partida dos estudos da *Gramática Gerativa* é justamente a capacidade que têm aqueles que falam a mesma língua de emitir e entender sentenças que jamais ouviram anteriormente. A partir disso, afirma-se, que a *Gramática Gerativa* procura dar conta da intuição do falante. Enquanto o estruturalismo considerava a individualidade de cada sistema linguístico, ela visa os universais linguísticos (mecanismos necessários e comuns a todas as línguas) que explicariam a faculdade inata do homem para a linguagem.

Trata-se, portanto, de um mecanismo dedutivo, pois parte do que é abstrato (de um sistema de regras) para chegar ao concreto (descrição das frases existentes na língua). Desse modo, concebe a gramática como um conjunto de regras que produzem as frases da língua e, baseando seu estudo nesse sistema de regras, propõe que a Linguística saia da mera observação e classificação dos dados (descritiva) e passe a ser explicativa.

No Brasil, as pesquisas pautadas no gerativismo produzem ecos nos estudos de Mary Kato (UNICAMP) e Carlos Miotto (UFSC), somente para citar alguns dos pesquisadores que se debruçam sobre a formalização dos fatos linguísticos, aplicando um tratamento preciso e finito às propriedades das línguas naturais.





5. Sociolinguística: as relações entre Linguagem e Sociedade

Diferentes teorias linguísticas refletem concepções também distintas do fenômeno linguístico e suscitam compreensões também diferentes do papel deste na vida social. Dizendo de outro modo, cada teoria linguística define, a seu modo, a natureza e as características relevantes do fenômeno linguístico e, por conseguinte, a maneira de descrevê-lo e analisá-lo.

Ao publicar o CLG, Saussure estabelece a célebre dicotomia entre língua/fala, elegendo a última como objeto central da Linguística. De acordo com ele, a língua é um fato social e embora reconheça a importância de considerações de natureza etnológica, histórica e política, privilegia o seu caráter formal e estrutural. Distingue também, a linguística externa, a que denomina diacronia e que se ocupa em estudar as evoluções pelas quais passa a língua, da sincronia (linguística interna), inaugurando os estudos de cunho estrutural e a chamada abordagem imanente da língua, que em termos genéricos, consiste em excluir dos estudos linguísticos tudo aquilo que não seja da ordem do sistema.

É esse corte inicial que dividirá os estudos contemporâneos sobre a linguagem, na medida em que algumas teorias ocupam-se dos aspectos formais da língua, enquanto outras incorporam em suas observações e análises, aspectos até então deixados à margem, como por exemplo, a relação entre linguagem e sociedade.





Tal relação já havia sido observada por vários autores no século XX, dentre eles, Meillet, Bakhtin, Jakobson e Benveniste. Embora se filiasse à orientação diacrônica dos estudos linguísticos, Meillet assinala que a história das línguas não pode ser separada da história da sociedade pois a linguagem é um fato social e as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam. Assim, de acordo com ele, não há razão para que lhe seja atribuída uma existência autônoma, pois não se pode separar a história das línguas da história da cultura e da sociedade.

Numa posição radicalmente oposta à saussuriana, Bakhtin (2006, p. 26), afirma que a “[...] verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofísico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, que constitui a realidade da língua”.

Jakobson também explicita sua visão sobre a relação entre linguagem e contexto social com a Teoria da Comunicação, pois segundo ele, todo indivíduo participa de diferentes comunidades linguísticas. Além disso, todo código linguístico é multiforme e compreende uma hierarquia de subcódigos diversos livremente escolhidos pelo sujeito falante, segundo a função da mensagem, do interlocutor ao qual se dirige e da relação existente entre os falantes envolvidos na situação comunicativa. Para ele, o ponto de partida é o processo comunicativo amplo, o que o leva a ultrapassar as análises ancoradas nas características estruturais e a privilegiar os aspectos funcionais da linguagem.





Para tanto, identifica os fatores constitutivos de todo ato de comunicação verbal: remetente, mensagem, destinatário, contexto, canal e código. Para Benveniste, língua e sociedade não são concebidas uma sem a outra, pois é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. Segundo ele, a questão da relação entre língua e sociedade se resolve pela consideração da língua como instrumento de análise da sociedade.

Todos esses estudos se desenvolveram de forma sistemática, no século XX, quando se intensificou o interesse pelo uso da linguagem no contexto social. A partir disso, surgiram diversas ciências que, cada uma a seu modo, ocuparam-se do uso da língua em contextos reais, dentre as quais citamos:

a) Sociologia da Linguagem: ramo das ciências sociais que encara os sistemas linguísticos como instrumentais em relação às instituições sociais. Trabalha com questões relativas à decadência e assimilação das línguas minoritárias, desenvolvimento do bilinguismo em nações socialmente complexas e planejamento linguístico em nações emergentes.

b) Etnografia da Comunicação: descreve e analisa as formas dos eventos de fala, especificamente as regras que dirigem a seleção que o falante opera em função dos dados contextuais, em especial, as regras que dirigem o modo como cada participante sustenta a interação verbal. Ligada à Análise da Conversação, abriga-se na corrente intitulada Sociolinguística Interacional.



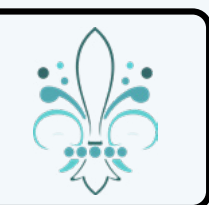


c) Sociolinguística Variacionista: ocupa-se da relação entre língua e sociedade. Por considerar a linguagem um fenômeno social, recorre às variações derivadas do contexto social para encontrar respostas para os problemas que emergem da variação inerente ao sistema linguístico.

Cabe assinalar, que o termo sociolinguística foi usado pela primeira vez em 1964, por William Bright, no congresso (Universidade da Califórnia/ LA) que reuniu aqueles que mais tarde se tornariam referências clássicas na tradição dos estudos voltados para a relação que se estabelece entre linguagem e sociedade.

Ao organizar os trabalhos apresentados no congresso, Bright enfatiza que o objetivo da nova área é relacionar as variações linguísticas observáveis em uma determinada comunidade às diferenciações existentes na sua estrutura social. Entretanto, a constituição da sociolinguística é atribuída à atividade de vários pesquisadores do século XX, que deram prosseguimento aos estudos iniciados por Boas, Sapir e Whorf, que entendiam que linguagem e cultura são fenômenos inseparáveis (Antropologia Linguística).





Cezario e Votre (2008, p. 141) definem a sociolinguística como uma “[...] área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística”. Os sociolinguistas consideram que a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura homogênea, apartada de outros condicionantes. Logo, entendem que a variação e a mudança são inerentes a qualquer língua e devem ser sistematizadas por meio de análises linguísticas. Para os autores, “[...] a variação não é vista como um efeito do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos (também conhecidos como fatores estruturais) e por fatores extralinguísticos de vários tipos.” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 141).

A vertente da sociolinguística a que nos referimos neste livro, é aquela fundada por William Labov, nos EUA, que publica, em 1963, um estudo sobre a variação linguística na Ilha de Martha’s Vineyard (Massachusetts), no qual destaca o papel decisivo de fatores sociais como condição socioeconômica, idade, sexo, etnia e grau de escolaridade, dentre outros, que interferem no uso da língua.

Nos anos que seguem, o autor finaliza a pesquisa sobre a estratificação social do inglês em Nova York, inaugurando a Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação Linguística, assim designada por operar com números e estatísticas, além de inúmeros outros estudos.





William Labov (1927) é um linguista norte-americano que desenvolveu estudos sobre a variação linguística, nos EUA, fundando assim, a Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação.



Figura 7 - Ferdinand de Saussure

Fonte: Universitat Pompeu Fabra



Esse ramo da linguística possui um método próprio para coletar e codificar dados, e programas de computação, para analisá-los. De acordo com os autores citados, a abordagem variacionista apoia-se em pressupostos teóricos que permitem sistematizar o aparente caos da comunicação cotidiana, demonstrando como uma variante se implementa ou desaparece em determinada língua. (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 142).

Variante é o termo usado para designar as diversas maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto sem que seu significado seja mudado. Ex: jerimum/abóbora; nós falamos/a gente fala.

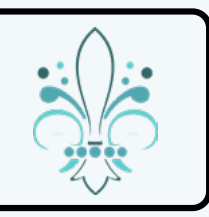


A partir disso, diz-se que o objeto de estudo da sociolinguística é o fato linguístico, isto é, o vernáculo (aqui entendido como a língua falada em situações naturais e espontâneas de interação social, do tipo comunicação face a face, em que o falante se preocupa mais com o que dizer do que com o como dizer) de determinada comunidade. Dizendo de outro modo, o que interessa para a sociolinguística é a língua falada em situações reais de uso, observada, descrita e analisada em todos os níveis de linguagem (fonológico, morfológico, sintático e semântico).

O objetivo da sociolinguística é, portanto, analisar e sistematizar as variantes usadas por uma mesma comunidade linguística, por um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham do mesmo conjunto de normas. Conforme Orlandi (2002, p. 51), essa ciência tem por objetivo sistematizar a variação linguística, porque considera que a língua é heterogênea e dinâmica. Nesse sentido, não trata da mudança pela perspectiva da evolução/cronologia, mas como resultado do uso, considerando, nos seus estudos, um falante real ao invés de um falante ideal, tal como o concebia Chomsky.

A variação linguística compreende três tipos básicos: a) variação regional: diz respeito à variação derivada das distâncias espaciais (diferentes cidades, estados e países); b) variação social: associada à variação decorrente da faixa etária, grau de escolaridade e grupo social; c) variação de registro: produzida em razão do grau de formalidade/informalidade do contexto interacional ou do meio utilizado para comunicação.





No entanto, isso não significa que a variação se dá de forma aleatória, mas sistemicamente, o que comprova que por detrás da aparente heterogeneidade linguística há organização, porque é possível correlacionar a ocorrência de uma ou outra variante com diferentes grupos de falantes, que partilham de características sociais peculiares e que repercutem diretamente nas escolhas linguísticas. Vale lembrar que de acordo com Labov, toda mudança é o resultado de uma variação, mas nem toda variação implica necessariamente em mudança.

Segundo Tarallo (1986), as variantes de uma comunidade de fala encontram-se sempre em relação de concorrência: padrão X não-padrão, conservadoras X inovadoras, de prestígio X estigmatizada. Em geral, a variedade considerada padrão é ao mesmo tempo conservadora e a que goza de maior prestígio na comunidade. Por outro lado, as variedades inovadoras são quase sempre as não-padrão, e por consequência, são estigmatizadas pela sociedade.

Na sociedade ocidental, a variedade de maior prestígio é a variedade tida como padrão ou norma culta, ensinada no sistema escolar e utilizada pelos meios de comunicação de massa, que garantem a unidade da língua nacional. Entretanto, pode acontecer que dentro de dada comunidade linguística a variedade não-padrão e, portanto, aquela que é estigmatizada, seja a mais usada.





Isso leva a concluir que a língua é um fator extremamente importante na identificação dos grupos e um instrumento de demarcação das diferenças sociais. Além disso, a avaliação de uma variedade linguística resulta de uma atitude social perante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade, e de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de regras que definem o modo correto de falar.

Assim, as variedades linguísticas utilizadas pelos participantes da situação devem corresponder às expectativas sociais convencionais e o falante que não corresponder a essas convenções/expectativas corre o risco de receber algum tipo de sanção. Além disso, uma variedade padrão pode tornar-se não-padrão pelo uso, e outra considerada não-padrão pode vir a ser considerada padrão, ao longo dos tempos.

De tudo isso, conclui-se que uma observação pouco apurada dos usos de uma língua em situações comuns de interação leva à dedução equivocada de que a linguagem em uso é uma espécie de caos, uma terra sem lei sujeita ao uso arbitrário e inconsequente dos falantes. No entanto, a sociolinguística fornece o embasamento e os instrumentos necessários para comprovar que essa linguagem em uso varia de forma sistemática e regular, e que essa variação é uma propriedade inerente aos sistemas linguísticos, fortemente marcados por motivações que emanam de dentro do próprio sistema linguístico e daqueles que estão fora dele, mas que nele interferem.





Sendo assim, o que a sociolinguística faz é correlacionar as variações existentes na expressão verbal às diferenças de natureza social, entendendo cada domínio (linguístico e social) como regular e estruturado. Para essa corrente linguística, toda variedade é adequada à comunidade que a utiliza, pois é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive.

No âmbito do ensino de línguas, a sociolinguística fornece subsídios para desmistificar a ideia de que os dialetos utilizados pelas classes menos desfavorecidas socialmente não são erradas e/ou inferiores, colaborando para formar profissionais menos preconceituosos, que valorizam todas as variedades linguísticas.

Para revisar todo o conteúdo desse *e-book*, você pode ver:



Depois de Saussure: estruturalismo, gerativismo, sociolinguística e funcionalismo





Considerações finais

Nenhuma escola ou doutrina, por mais brilhante ou inusitada que seja, monopoliza a verdade. Além disso, é próprio da natureza das verdades da razão científica o fato de serem provisórias e trazerem em seu bojo a possibilidade de serem contestadas setorialmente.

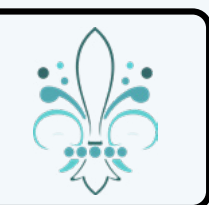
Como você sabe, ao eleger a língua como objeto de seus estudos, Saussure excluiu categorias analíticas importantes como, por exemplo, a fala e, por consequência, o sujeito que a fala. Por sua vez, Chomsky traz de volta para a análise, aquele que fala, mas o concebe como um falante ideal, que usa sua competência linguística para formar frases consideradas gramaticais.

O funcionalismo afasta-se das análises de cunho gramatical, porque parte do princípio de que os enunciados languageiros devem ser analisados levando-se em referência à maneira como contribuem para o processo de comunicação.

A sociolinguística, por sua vez, leva em conta um falante real, que se situa num determinado espaço e tempo. Dizemos, então, que essa ciência resulta da insatisfação dos modelos de análise que tinham por objeto de estudo a análise imanente e/ou a competência linguística, afastando os estudos sobre a língua em situação real de comunicação, desconsiderando, portanto, os fatores linguísticos e extralinguísticos que produzem a variação.

A partir disso, afirmamos que não há uma vertente teórica melhor ou pior, pois cada uma delas cumpre seu papel e é o resultado de um contexto sócio-histórico datado.





Referências:

BAKHTIN, Mikhail (VOLOSHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Nacional, 1970.

CARDOSO, Patrícia. *Do enunciado à memória: na ordem do discurso da Revista de Letras da UFPR sobre a institucionalização da Linguística de 1953 a 1968*. 2015. WITZEL, Denise Gabriel (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava/Paraná.

CASTRO, Sara de. Funções da Linguagem. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/funcoes-linguagem.htm>. Acesso em 30 de junho de 2022.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo, Contexto, 2008.

COSTA, Marcos Antônio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo, Contexto, 2008, p.113-126

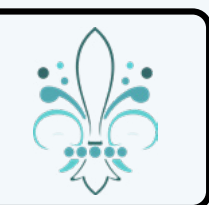
CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo, Contexto, 2008, p. 157-176.

DIK, Simon Cornelis. *The Theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland/Providence: Foris Publications, 1989.

DIK, Simon Cornelis. *The Theory of functional grammar*. 2ª. Ed. By K. Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FERNANDES, Millôr. Prevenção Contra Assaltos. In: TERRA, Ernani & NICOLA, José. *Curso Prático de Língua, Literatura e Redação*. São Paulo: Scipione, 1997. v. 1, p. 36.



GULLAR, F. *Poesia completa, teatro e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar: Biblioteca lusobrasileira. Série Brasileira, 2008.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo, Contexto, 2008, p. 127-140.

MARTINET, André. *Fonction et dynamique des langues*. Paris: Armand Collin, 1989.

MÓDOLO, Marcelo; CONEGLIAN, André Vinícius. *Dez livros para conhecer Funcionalismo em Linguística*. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2020-01/Funcionalismo%20em%20linguistica.pdf> Acesso em: 20 maio 2022.

MORI, Angel Corbera. Fonologia. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 147-179.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática funcional: interação, discurso e texto*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2011 a.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2. ed. revista e atualizada. São Paulo: UNESP, 2011b.

ORLANDI, Eni P. *O que é Linguística*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

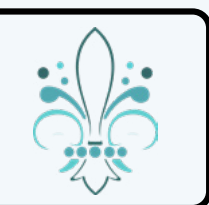
PAVEAU, Marie-Anne. *As grandes teorias da Linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Clara Luz, 2006.

RICARDO, Cassiano. *Jeremias sem-chorar*. Rio de Janeiro, 1968.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1998.

SILVA, Maria Cecília P. de Souza; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. São Paulo: Cortez, 2003.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.



Pelas trilhas da Linguística: da língua como sistema às relações entre
linguagem e sociedade – Célia Bassuma Fernandes

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ - UNICENTRO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenador Geral UAB

Claudia Maris Tullio
Coordenador Geral Curso

Cleber Trindade Barbosa
Coordenador Geral NEAD

Denise Cristina Holzer
Apoio Pedagógico

Ruth Rieth Leonhardt
Revisão

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

Nikola-Majksner/Unsplash
Capa

Aneeque Ahmed /Nounproject
Hafiudin/Nounproject
ProSymbols/Nounproject
Ícones

06/2022

